

GAZINCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026

GAZINCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da GazinCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (GazinCred) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, as quais foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A GazinCred foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício DEORF/GTCUR-2010/01527 Carta Patente nº 0701370053 de 19 de março de 2010 por decisão do Departamento de Organização do Sistema Financeiro de 15/03/2010 e publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010.

A GazinCred tem por objetivo a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, captação de recursos e outras operações permitidas às entidades da espécie.

Desempenho

No semestre findo em 30 de junho de 2026 a GazinCred atingiu o montante de R\$ 172,480 milhões em liberações de crédito.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 384,597 milhões em 30 de junho de 2026.

A GazinCred registrou um lucro de R\$ 20.725 milhões no primeiro semestre de 2026.

Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totalizaram, no semestre de 2026, o montante R\$ 43.041 milhões.

Financeiro

O caixa em 30 de junho de 2026 registrou um montante de R\$ 91.422 milhões



GAZINCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Negócios, Produtos e Serviços

Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de produtos financeiros desenvolvidos em função de um processo contínuo de identificação de necessidades dos clientes e sinergia com os negócios do Grupo Gazin. Assim, a GazinCred tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio e gestão financeira de pessoas e empresas. Nesse sentido, seus principais produtos são: Empréstimo Pessoal - CP, Empréstimo Consignado setor público e setor privado, Crédito Direto ao Consumidor – CDC, Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis. Para investidores ofertamos Letras de Câmbio, possibilitando ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança. A Instituição exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam pró ativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados adequadamente.

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da GazinCred assegura aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Para o primeiro semestre de 2026, foram distribuídos o montante total de R\$ 7,943 sendo efetivamente pago neste período o valor de R\$ 1,390 de forma antecipada.

Agradecimentos

Agradecemos os nossos acionistas, clientes e correspondentes bancários pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades do Banco Central do Brasil ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício.

Douradina/PR, 31 de agosto de 2026.

A Administração

**CLEITON
CESAR
SILVA:03669
167935**

Assinado digitalmente por CLEITON
CESAR SILVA:03669167935
ND: C=BR, CN=CLEITON CESAR
SILVA:03669167935, O=ICP-Brasil,
OU=Certificado PF A1
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2026.08.31 17:42:30-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

Cleiton Cesar Silva
Diretor Financeiro

**PETER LUIZ
CRUZ
PREGIDIO:05
918119957**

Assinado digitalmente por PETER
LUIZ CRUZ PREGIDIO:05918119957
ND: C=BR, CN=PETER LUIZ CRUZ
PREGIDIO:05918119957, O=ICP-
Brasil, OU=videoconferencia
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2026.08.31 17:44:01-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.1

Peter Luiz Cruz Pregidio
Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Gazincred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Douradina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gazincred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gazincred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



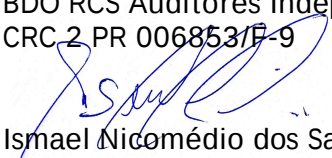
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 31 de agosto de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/E-9


Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4 – S - PR

GAZINCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Disponibilidades	3	91.422	49.922
Operações de crédito	4	230.656	213.038
Provisão para perdas com operações de crédito	4	(38.636)	(33.687)
Outros créditos		15.065	13.028
Total do ativo circulante		<u>298.507</u>	<u>242.301</u>
Não circulante			
Operações de crédito	4	64.282	61.861
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4	(4.405)	(4.405)
Ativo fiscal diferido	5	13.663	15.652
Imobilizado em uso		239	269
Intangível	6	12.311	12.817
Total do ativo não circulante		<u>86.090</u>	<u>86.194</u>
Total do ativo		<u>384.597</u>	<u>328.495</u>
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Depósitos à vista	7b	8.616	4.332
Recursos de aceites cambiais	7a	21.924	19.196
Remuneração de capital a pagar	11	35.614	29.062
Tributos e contribuições a recolher	8	2.444	1.983
Obrigações sociais e trabalhistas		1.152	1.131
Outras contas a pagar	9	12.862	11.835
Total do passivo circulante		<u>82.612</u>	<u>67.539</u>
Não circulante			
Recursos de aceites cambiais	7a	106.650	78.480
Provisão para contingências	10	648	571
Total do passivo não circulante		<u>107.298</u>	<u>79.051</u>
Patrimônio líquido	12		
Capital social		149.800	149.800
Reserva de lucros		44.887	32.105
Total do patrimônio líquido		<u>194.687</u>	<u>181.905</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>384.597</u>	<u>328.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZINCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Receitas de intermediação financeira			
Operações de crédito	4d	68.908	61.990
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.493	2.027
		<u>73.401</u>	<u>64.017</u>
Despesas de intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	7c	(8.398)	(7.396)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4e	(16.066)	(14.161)
		<u>(24.464)</u>	<u>(21.557)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>48.937</u>	<u>42.460</u>
Receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Receitas de prestação de serviços		386	495
Despesas de pessoal	14a	(2.950)	(2.502)
Despesas administrativas	14b	(16.259)	(13.814)
Despesas tributárias	14c	(3.071)	(2.676)
Outras receitas operacionais, líquidas	14d	2.902	2.394
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>29.945</u>	<u>26.357</u>
Imposto de renda e contribuição social	5b		
Corrente		(7.231)	(10.750)
Diferido		(1.989)	2.668
Lucro líquido do semestre		<u>20.725</u>	<u>18.275</u>
Quantidade de ações (milhares)		149.800	89.800
Lucro líquido por ação (em Reais – R\$)		0,14	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAZI NCRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Lucro líquido do semestre	20.725	18.275
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do semestre	20.725	18.275

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de lucros Legal	Lucros A distribuir	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025		89.800	8.829	58.908	-	157.537
Lucro líquido do semestre		-	-	-	18.274	18.274
Destinações:						
Reserva de lucros a distribuir		-	-	18.274	(18.274)	-
Reserva legal		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	(6.388)	-	(6.388)
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>89.800</u>	<u>8.829</u>	<u>70.794</u>	<u>-</u>	<u>169.423</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		149.800	10.718	21.387	-	181.905
Lucro líquido do semestre		-	-	-	20.725	20.725
Destinações:						
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Reserva de lucros a distribuir		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	11	-	-	(7.943)	-	(7.943)
Saldos em 30 de junho de 2026		<u>149.800</u>	<u>10.718</u>	<u>13.444</u>	<u>20.725</u>	<u>194.687</u>

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro do semestre		29.944	26.356
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação e amortização	14b	2.051	1.933
Provisão para litígios	10	77	(104)
Provisão para perdas com operações de crédito	4f	4.949	6.806
		<u>37.021</u>	<u>34.991</u>
Variações de ativos e obrigações (Aumento)/redução das contas de ativo			
Operações de crédito	4	(20.039)	(20.634)
Outros créditos		(2.182)	4.872
Aumento/(redução) das contas de passivo			
Recursos de aceites cambiais	7	35.182	(6.282)
Obrigações com pessoal		21	93
Obrigações tributárias		461	320
Outras contas a pagar		1.027	(4.012)
Caixa líquido proveniente/ (aplicado) das atividades operacionais		<u>14.470</u>	<u>(17.619)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(7.085)</u>	<u>(10.174)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		44.406	7.198
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		8	(11)
Aquisições de intangível	6	(1.524)	(1.189)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.516)</u>	<u>(1.200)</u>
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	12c	(1.390)	(958)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.390)</u>	<u>(958)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>41.500</u>	<u>5.040</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3	49.922	26.425
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	3	91.422	31.465
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>41.500</u>	<u>5.040</u>

1. Contexto operacional

A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Gazincred” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Rodovia Antonio Pedroso km1, s/n, Cep 87485-000, Douradina - Paraná, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Companhia iniciou suas atividades em 25 de março de 2010, através da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010; em 7 de outubro de 2021, a GazinCred realizou protocolo perante o Deorf sob NUP 18600.095262/2022-64, comunicando seu interesse na prestação de serviços de pagamento relativos às modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago. Adicionalmente, a Companhia protocolou junto ao Banco Central do Brasil pedido de autorização sob o ID-Bacen: Z9579139 para funcionamento como banco múltiplo e permanece em análise, sem atualização referente ao andamento do processo até o momento.

A Companhia tem por objeto a realização de operações de financiamento para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, emissão de moeda eletrônica e gestão de seu uso, emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos e/ou pós-pagos, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, e outras operações permitidas às entidades da espécie.

A GazinCred integra o conglomerado econômico-financeiro do Grupo Gazin, juntamente com a Administradora de Consórcio Nacional Gazin Ltda. classificado como Conglomerado Prudencial Tipo 2, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

A participação no conglomerado tem como objetivo fortalecer a estrutura de governança, ampliar a eficiência operacional, otimizar a gestão de riscos e garantir maior solidez patrimonial. A divulgação das demonstrações contábeis é realizada de forma individual pela Companhia, em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil, sem prejuízo da consolidação das informações contábeis e gerenciais no âmbito do conglomerado.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de agosto de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas, orientações e interpretações precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional para que sejam aplicáveis às instituições financeiras.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2025, a constituição da provisão para perdas esperadas decorrentes do risco de crédito passou a observar os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.966/21 do CMN, que substituiu a Resolução nº 2.682 do CMN. Essa nova regulamentação introduz, entre outras exigências, a adoção do modelo de perdas esperadas para mensuração da provisão.

Em conformidade com essa diretriz, a GazinCred estruturou e colocou em prática políticas voltadas à apuração da provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito. O processo de constituição dessa provisão demanda julgamento profissional e o emprego de premissas e estimativas pela Administração da Instituição Financeira. Por esse motivo, tratamos esse tema como um ponto relevante em nossa estratégia de auditoria.

Em atendimento à deliberação da Companhia, o impacto contábil que inicialmente seria registrado diretamente no patrimônio líquido foi integralmente reconhecido no resultado do exercício encerrado em dezembro de 2024. A provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito é calculada com base em um modelo que considera tanto as perdas incorridas quanto as perdas esperadas da operação. Essa estimativa leva em conta a distribuição por tipo de carteira, o número de dias em atraso e a classificação do ativo como problemático ou não.

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são mensuradas e provisionadas com base na metodologia simplificada estabelecida pela Resolução nº 4.966/2021 do CMN. Essa norma alinha as práticas contábeis ao modelo de “perda esperada”, substituindo a antiga avaliação de risco por níveis.

Para a apuração da provisão, a Companhia utiliza uma segmentação das operações em categorias, que neste caso são identificadas como C1 a C5. Essa segmentação considera as características específicas de cada carteira e o risco associado, permitindo uma alocação mais precisa da provisão para perdas esperadas.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, a receita ou despesa de juros é reconhecida mediante aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil aplicável. A taxa de juros efetiva incorpora as tarifas, comissões recebidas ou pagas, custos de transação e demais valores que sejam parte integrante do rendimento efetivo do instrumento, observados os critérios previstos na regulamentação aplicável.

As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos com atraso superior a 90 dias no pagamento não são mais reconhecidas como receita, exceto quando efetivamente recebidas.

Operações renegociadas são tratadas com atenção, mantendo-se, no mínimo, a mesma percepção de risco ou sendo reclassificadas conforme a análise da administração e os critérios da Resolução nº 4.966 do CMN, especialmente se houver amortizações significativas ou fatos novos relevantes.

A provisão para perdas esperadas é calculada com base na análise das operações e segmentações, com o objetivo de estimar de forma prospectiva as perdas futuras de crédito, refletindo a probabilidade de inadimplência e o valor esperado de recuperação, conforme a abordagem simplificada adotada.

Os títulos e valores mobiliários são mensurados conforme a Resolução nº 4.966/2021 do CMN e estão sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas, em conformidade com a Resolução nº 352/2023. A metodologia considera a probabilidade de inadimplência dos emissores e o valor esperado de recuperação, avaliados de forma prospectiva. São observados critérios como classificação de risco de crédito, prazo de vencimento e condições de liquidez, de modo a refletir adequadamente o risco de perda associado a esses instrumentos financeiros.

(e) Ativo permanente

No imobilizado estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos e Sistema de Comunicação – 10%; Equipamentos de Informática – 20%.

A Administração da Companhia entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil – 20%.

(f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

(g) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

(h) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido foi calculada também pela alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo (nota explicativa nº 5).

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

(j) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas com operações de crédito, provisões para causas judiciais. Os resultados efetivos podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(k) *Impairment*

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. A Companhia efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment*.

(l) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Companhia, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação referente ao primeiro semestre de 2026 e 2025, não foram identificados eventos não recorrentes, em comparação ao período anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Disponibilidades

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	12.695	8.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	78.727	41.313
Total	91.422	49.922

(a) As aplicações financeiras são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com rendimento médio de 102% do CDI, classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021.

4. Operações de crédito

(a) Composição e concentração da carteira por operações:

	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito		
Desconto mercantil	8.922	9.211
Empréstimo pessoal - Consignado	59.150	50.408
Crédito direto ao consumidor (CDC)	4.848	6.054
Empréstimo pessoal	149.336	119.106
Capital de giro	72.682	90.120
Total das operações de crédito	294.938	274.899
Provisão para perdas com operações de crédito	(43.041)	(38.092)
Total	251.897	236.807

(b) Composição da carteira de operações por vencimento:

	30/06/2026	31/12/2025
Vencidos	39.277	38.108
Até 3 meses	12.709	12.959
3 a 12 meses	23.164	20.169
Acima de 12 meses	3.404	4.980
A vencer	255.661	236.791
Até 3 meses	80.728	69.812
3 a 12 meses	114.055	104.317
1 a 3 anos	50.016	53.753
3 a 5 anos	7.507	6.591
Acima de 5 anos	3.355	2.318
Total	294.938	274.899
Circulante	230.656	213.038
Não circulante	64.282	61.861

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Concentração do risco de crédito:

30/06/2026				
Curso normal	Inadimplente	Valor Total	Ativo Problemático	Provisão
248.119	46.819	294.938	50.832	(43.041)

31/12/2025				
Curso normal	Inadimplente	Valor Total	Ativo Problemático	Provisão
236.791	38.108	274.899	42.413	(38.092)

(d) Composição das receitas de operação de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Receita de operações de crédito		
Empréstimos	67.394	57.729
Títulos descontados	1.013	3.319
Financiamentos	501	942
Total das receitas de operações de crédito	68.908	61.990

(e) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	(38.092)	(27.362)
Constituição	(16.066)	3.215
Baixas de créditos contra prejuízo	11.117	(7.355)
Saldo final	(43.041)	(31.502)

(f) Operações renegociadas e recuperadas

Os créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 2.810 (R\$ 2.777 em 30 de junho 2025).

No 1º semestre de 2026, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 3.210 (R\$ 2.138 em 30 de junho de 2025), cujo valor está registrado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado do semestre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2026	31/12/2025
Rural	245	229
Indústria	31.869	39.704
Comércio	52.650	49.073
Pessoas Físicas	201.822	178.110
Serviços	8.350	7.783
Total	<u>294.938</u>	<u>274.899</u>

5. Ativo fiscal diferido

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, que consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, a avaliação periódica do incremento, reversão ou manutenção dos créditos tributários deve ser realizada. Este processo tem como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Em 30 de junho de 2026, a Administração revisou a expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos com base em estudo técnico aprovado, o qual considerou projeções de resultados futuros, histórico de geração de lucro tributável e cronograma de realização.

Com base nessa análise, concluiu-se pela recuperabilidade integral dos ativos fiscais diferidos dentro do horizonte de projeção, não sendo identificados ajustes necessários.

(a) Composição do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 01/01/2026	Constituições	Realizações	Saldo em 30/06/2026
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.236	1.946	(3.927)	13.255
Provisão para litígios	229	57	(26)	260
Provisão para participação nos lucros	187	214	(253)	148
Total	<u>15.652</u>	<u>2.217</u>	<u>(4.206)</u>	<u>13.663</u>
	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Realizações	Saldo em 31/12/2025
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.945	19.815	(15.523)	15.236
Provisão para litígios	281	30	(84)	229
Provisão para participação nos lucros	176	264	(254)	187
Total	<u>11.402</u>	<u>20.109</u>	<u>(15.861)</u>	<u>15.652</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido segue conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valor	Atualização a valor presente	Selic estimada
2026	4.279	3.804	12,50%
2027	1.564	1.415	10,50%
2028	1.564	1.422	10,00%
2029	1.564	1.428	9,50%
2030	1.564	1.448	8,00%
2031	1.564	1.448	8,00%
2032	1.564	1.448	8,00%
Total	13.663	12.413	

(b) Reconciliação da alíquota efetiva

	30/06/2026	31/12/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	29.945	26.356
Alíquotas nominais	40%	40%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(11.978)	(10.542)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas		
Juros sobre capital próprio	3.177	2.555
Incentivo fiscal (P&D)	-	-
Outros	(419)	(95)
Encargo fiscal	(9.220)	(8.082)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.231)	(10.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.989)	2.668

6. Intangível

Sistemas de processamento de dados	Sistemas em desenvolvimento	Total	
1° de janeiro de 2025			
Custo	18.959	1.618	20.577
Amortização acumulada	(6.457)	-	(6.457)
Saldo contábil, líquido	12.502	1.618	14.120
Saldo inicial	12.502	1.618	14.120
Adições	-	2.671	2.671
Reclassificação	1.618	(1.618)	-
Amortizações no período	(3.967)	-	(3.967)
31 de dezembro de 2025			
Custo	20.570	2.671	23.241
Amortização acumulada	(10.424)	-	(10.424)
Saldo contábil, líquido	10.146	2.671	12.817
Saldo inicial	10.146	2.671	12.817
Adições	-	1.524	1.524
Amortizações no período	(2.030)	-	(2.030)
30 de junho de 2026			
Custo	20.570	4.194	24.764
Amortização acumulada	(12.454)	-	(12.454)
Saldo contábil, líquido	8.116	4.194	12.311

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Sistemas em desenvolvimento

O Banco Central do Brasil concedeu autorização à GazinCred, em 16 de novembro de 2021, para ter uma conta de Liquidação – IF não Bancária e ser emissor de moeda eletrônica. Em fevereiro de 2023 fez o lançamento oficial do App “GazinBank”; desde essa data o App ficou disponível nas lojas app Store e Play Store.

No ano de 2023 foi iniciada uma nova fase de desenvolvimento para o app, visando produzir novas funcionalidades. O período de amortização considerado será de cinco anos.

7. Captações

As captações referem-se a títulos de letra de câmbio (LC GazinCred), cuja remuneração é de 103% a 115% do CDI (103% do CDI a 115% do CDI em 2025) e cujos vencimentos são até 2029.

(a) Recursos de aceites cambiais

Demonstramos abaixo a segregação dos recursos de aceites cambiais desdobrados em sociedades ligadas e clientes sem ligação com a GazinCred, operação pós fixada atrelada a CDI e pré-fixada.

	30/06/2026	31/12/2025
De terceiros	50.592	38.230
De partes relacionadas	77.982	59.446
Total	128.574	97.676
Circulante	21.924	19.196
Não circulante	106.650	78.480

(b) Depósitos à vista

Em 30 de junho de 2026 havia 96,9 mil contas ativas e juntas somavam um saldo de R\$ 8.616 (80,126 mil contas em dezembro de 2025 e saldo de livre movimentação de R\$ 4.332).

(c) Despesas de atualização

Demonstramos abaixo os valores de despesas de atualização do período:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	30/06/2025
Recursos de aceites cambiais	(8.332)	(7.329)
Outros	(66)	(67)
Total	(8.398)	(7.396)

8. Tributos e contribuições a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda a pagar	976	764
Contribuição social a pagar	622	460
Pis a recolher	73	67
COFINS a recolher	449	415
Outros	324	277
Total	2.444	1.983

9. Outras contas a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões de despesas diversas	1.468	1.221
Convênios	552	373
Repasse a correspondente	4.996	5.339
Outros	5.846	4.902
Total	12.862	11.835

10. Provisão para contingências

i) Trabalhistas

Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos internos e externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos, conforme aplicável.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes trabalhistas.

ii) Cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de consignado. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui oitenta e seis processos classificados pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como litígios com probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 648.

	Provisão
Saldo em 1º de janeiro de 2025	704
(+) Baixa de provisão	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	571
(+) Constituição de provisão	77
Saldo em 30 de junho de 2026	648

iii) Tributárias

Pela complexidade do sistema tributário brasileiro gera discussões neste âmbito por diferentes interpretações e entendimento da legislação a contingências são provisionadas com análise de cada discussão e seu estágio atual e com parecer dos consultores jurídico externos.

Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes tributários.

iv) Perdas possíveis

Em 30 de junho de 2026, o montante considerado com risco de perda possível totaliza R\$ 181 mil, referente a 86 processos de natureza cível.

11. Remuneração de capital a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Remuneração de capital a pagar	35.614	29.062
Total	35.614	29.062

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é de R\$ 149.800 mil, representado por 149.800.000 ações nominativas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram o aumento do capital social no montante de R\$ 60.000, mediante a capitalização de dividendos a pagar, anteriormente registrados em reserva de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, o capital social, anteriormente totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 89.800, passa a ser de R\$ 149.800, mantendo-se inalterada a quantidade de ações e a participação proporcional dos acionistas.

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2026 é formado pelas reservas legal e reservas especiais de lucros.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social determina que a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, por percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Assim, a distribuição feita é realizada na forma de juros sobre o capital próprio. Valor distribuído no 1º semestre de 2026, R\$ 7.943 (R\$ 6.388 em 30 de junho de 2025).

(d) Resolução Conjunta BCB nº 14 de 3/11/2025

A Resolução em vigor estabelece a metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido a ser mantido pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administração realizou os cálculos considerando as atividades exercidas pela instituição, conforme parâmetros definidos pelo Banco Central, e concluiu que o capital social integralizado e o patrimônio líquido atuais já atendem ao limite mínimo requerido. Dessa forma, não foi identificada necessidade de aporte adicional de capital durante o período de adaptação, que se encerra em 1º de janeiro de 2028.

13. Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores abaixo se referem às transações da Companhia com partes relacionadas ocorridas no semestre e exercício. As taxas utilizadas nessas operações são taxas usuais de mercado nas datas das transações.

GAZINCRED S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de aceites cambiais (Nota Explicativa nº 7)		
Pessoas físicas	70.729	58.530
Gazin Ind. e Com. de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	1.817	1.697
Gazin Indústria de Colchões Ltda.	5.436	5.038
Total	77.982	65.265

(b) Despesas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), referentes a emissão de títulos de letra de câmbio (LC GazinCred – Nota explicativa nº 7), não havendo diferenciação quanto àquelas ofertadas a terceiros. Outras transações com partes relacionadas envolvem o pagamento de comissões sobre prospecção de novos clientes para a linha de crédito pessoal e assessoria administrativa. O gasto está registrado no resultado, em grupo de despesas administrativas e no 1º semestre de 2026 totalizou R\$ 4.611 (2025 – R\$ 5.871)

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

	30/06/2026	30/06/2025
Salários e ordenados	(156)	(148)
INSS e FGTS	(31)	(30)
Total	(187)	(178)

14. Despesas operacionais

(a) Despesas com pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Salários, incentivos e pró-labore	(1.315)	(1.079)
Assistência médica e seguros, vale alimentação	(810)	(729)
FGTS	(92)	(76)
INSS	(327)	(271)
Férias e 13º salário	(406)	(347)
Total	(2.950)	(2.502)

(b) Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de processamento de dados	(6.860)	(5.359)
Despesas com comissões (*)	(4.700)	(4.418)
Despesas com aluguéis	(25)	(13)
Despesas de comunicação	(20)	(19)
Despesas de publicações	(8)	(10)
Despesas do serviço financeiro	(125)	(121)
Despesas com serviços técnicos	(160)	(109)
Despesa de propaganda e publicidade	(249)	(347)
Despesas de viagens no país	(96)	(47)
Despesas com depreciação e amortização	(2.051)	(1.933)
Despesas com taxas de registro	(12)	(7)
Despesas com contenciosos	(77)	(32)
Participação dos empregados no resultado	(200)	(165)
Consulta birô de crédito	(36)	(74)
Outras despesas administrativas	(547)	(230)
Despesas de Cartão	(1.093)	(930)
Total	(16.259)	(13.814)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Neste montante está registrado o gasto com comissões sobre a prospecção de novos clientes da linha de crédito pessoal. O percentual em cada transação é estabelecido em 6%, com base em contrato pactuado entre as partes.

(c) Despesas tributárias

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
ISSQN	(15)	(23)
PIS	(427)	(371)
COFINS	(2.629)	(2.282)
	<u>(3.071)</u>	<u>(2.676)</u>

(d) Outras despesas, receitas operacionais líquidas:

	1º semestre de 2026	1º semestre de 2025
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	3.210	2.137
Outras rendas	52	121
Outras rendas não operacionais	-	137
Outras despesas	(360)	(1)
Total	<u>2.902</u>	<u>2.394</u>

15. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil estabelece a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) por meio da Resolução CMN nº 4.955/2021 e suas alterações posteriores, bem como os requerimentos mínimos de capital e a apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) por meio de regulamentação específica do Banco Central do Brasil, em conformidade com as diretrizes do Acordo de Basileia.

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, observando os requerimentos mínimos de capital regulamentares.

Com base nessa metodologia, o Índice de Basileia apurado para o conglomerado prudencial em 30 de junho de 2026 é de 42,34% (31 de dezembro de 2025: 42,36%), superior ao mínimo regulatório de 11%, demonstrando adequada suficiência de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	221.605	201.029
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	523.360	474.535
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	42,34%	42,36%
Imobilizado para cálculo do limite	15.019	15.204
Índice de imobilização (limite 50%) %	6,78%	7,56%

16. Gerenciamento de riscos e capital

(a) Risco de crédito

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e utiliza-se do conjunto de políticas e normativos internos que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta administração.

O gerenciamento do risco de crédito está sob a responsabilidade da área de Riscos e controles internos, área segregada das unidades de negociação, de concessão de crédito e da administração de recursos, com autonomia para medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(b) Risco operacional

A Companhia implantou a estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos associados aos processos do negócio, com apoio de políticas e normativos internos, visando administrar e mitigar a exposição da Companhia por meio da efetividade do controle das atividades dos processos com maior potencial de risco.

(c) Risco de mercado

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de mercado em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do sistema de risco de mercado e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia, por meio de metodologia avalizada pela alta administração. A definição de funções segregadas entre a área tomadora de risco e a área de gerenciamento de risco tem por finalidade a autonomia para realização da medição, análise, controle e reporte dos riscos.

(d) Risco de liquidez

A Companhia implantou a sua estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos está integrada à área de Riscos e controles internos e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com apoio do Sistema operacional e do conjunto de políticas que visam administrar e mitigar a exposição da Companhia.

A Companhia emprega uma política conservadora na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em moedas e cenários macroeconômicos e de "estresse" que possam alterar sua disponibilidade de recursos junto ao mercado financeiro.

A gestão de risco de liquidez é pauta recorrente do Comitê de gestão, onde são discutidos eventuais descasamentos entre pagamentos e recebimentos a fim de manter a liquidez da Companhia dentro dos parâmetros definidos pela alta administração.

(e) Gerenciamento de capital

A Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações e com o estabelecimento de mecanismos para o monitoramento do capital, visando a sua adequação às exigências de capital regulatório, bem como a cobertura necessária de capital em face aos riscos a que a Companhia está exposta.

(f) Análise de sensibilidade

A Administração informa que a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados em suas demonstrações financeiras, como operações com derivativos, mercados futuros, opções ou contratos a termo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste contexto, os instrumentos financeiros representados pelos recursos em disponibilidades e aplicados em títulos de liquidez estão sujeitos apenas às condições de mercado relacionadas às taxas de juros e aos indexadores, o que minimiza os impactos de possíveis variações nas taxas de juros ou no CDI.

No que tange aos instrumentos financeiros expostos a taxas de juros ou indexados à variação do CDI, ressalta-se que a oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia.

A seguir, apresentamos os impactos consolidados que seriam gerados pela variação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta, para a análise de sensibilidade, foram considerados os saldos dos instrumentos financeiros existentes em 30 de junho de 2026, tendo como base as taxas de juros vigentes na data. Foram simulados cenários de aumento e redução de 10% nas taxas, considerando o efeito estimado sobre o resultado da Companhia no período de 12 meses, líquidos dos efeitos tributários:

Risco de oscilação em taxas de juros variáveis – CDI

Instrumento	Risco	Taxa Atual	Taxa Provável	+10%	-10%
Ativo	CDI % a.a	14,25%	15%	16,50%	13,50%
Aplicações Financeiras	91.424	13.028	13.714	15.085	12.342
Impacto Potencial			686	2.057	686
Passivo	CDI % a.a	14,25%	15%	16,50%	13,50%
Captações	128.574	18.322	19.286	21.215	17.357
Impacto Potencial			964	2.893	964

17. Eventos subsequentes

Em 2023 foi aprovada a Reforma Tributária, que prevê a substituição de tributos sobre consumo por um Imposto sobre Valor Agregado dual (CBS e IBS), bem como alterações nas regras de tributação da renda, incluindo IRPJ e CSLL aplicáveis às instituições financeiras. A implementação ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2033, conforme legislação vigente.

A Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e normativos da Reforma Tributária, avaliando seus impactos sobre operações financeiras, processos de conformidade e demonstrações contábeis.